

Metade do caminho

RUBENS RICÚPERO

Por que temos uma transição tão longa, frustrante e dolorosa para uma nova fase de vida?

O Brasil não se encontra solitário nesse problema. Desde o princípio de 1989, temos entrado num dos períodos em que a História está novamente em marcha. A ruptura torna-se mais importante que a continuidade. Alguns países perceberam os sinais dos novos tempos mais cedo, moveram-se mais rapidamente, ajustaram-se às novas realidades e já se estão beneficiando das reformas que promoveram. As economias do Sudeste Asiático são um bom exemplo. Outros países, como a China, caminharam rapidamente na esfera econômica, mas ainda buscam preservar o essencial de suas estruturas políticas. A URSS, ao contrário, está promovendo uma transformação política profunda num curto período de tempo, mas não logrou êxito até o momento na área da reforma econômica. Por que o passo da mudança é tão dissimilar? Por que certos países são mais capazes de adaptação? Por que a resistência à modernização, à reforma, é mais forte em alguns países?



No Brasil, parte do problema vem da simultaneidade de duas transições: a política e a econômica. O processo de democratização abriu o caminho para demandas crescentes da sociedade para uma distribuição de renda mais equitativa, quando o ajustamento do choque da dívida reduziu a capacidade da economia de atender a tais demandas. No México, o ajustamento econômico teve lugar numa moldura de estabilidade política. No Chile, as mudanças políticas ocorreram quando as reformas econômicas estavam quase consolidadas.

Um brasilianista soviético apontou as similaridades hoje entre seu país e o Brasil. Eu iria além dos pontos que ele indicou — território, população, regime autoritário anterior. Em ambos os países setores importantes da sociedade estão convencidos da necessidade e empenhados na modernização da economia. Mas nem na URSS nem no Brasil foi possível construir um mínimo de consenso, um denominador que liberasse suficiente energia e apoio político para acelerar e completar as reformas. Curiosamente, em ambos os casos, uma das razões pelas quais é tão difícil construir o futuro pode ser o sucesso do passado.

A revolução bolchevista deu à URSS uma visão nova e poderosa de seu potencial, trouxe um rápido processo de industrialização e elevou-a ao clube das potências mundiais. Tais sucessos criaram novas realidades, uma visão hegemônica e interesses estabelecidos que resistem à mudança.

Na Europa Central e Oriental, em países como Checoslováquia e Hungria, ao contrário, o regime comunista foi percebido como um animal estranho e pouco ou nada acrescentou às economias que já haviam alcançado razoável nível de diversificação industrial. Tal situação, imposta a partir de fora, nunca deu lugar a um sentimento de orgulho ou de sucesso. Isso explica em alguma medida o modo mais rápido e relativamente tranquilo como a transição está ocorrendo em alguns países da Europa Central e Oriental, se comparada ao processo instável, perturbador e errático na URSS.

Também no Brasil o sucesso do paradigma do desenvolvimento nacionalista em parte explica por que ele se recusa a morrer facilmente. Por que o nacionalismo econômico quase desapareceu da agenda dos países latino-americanos e, ao mesmo tempo, parece vivo e robusto no Brasil? Por que as estatais estão sendo desmontadas na Albânia, en-

quanto toda a sorte de ações de retaguarda foram tentadas nos tribunais brasileiros e nas ruas, para impedir que a privatização da Usiminas seguisse seu curso? Por que a liberação das importações foi aceita mais facilmente no Chile ou na Venezuela que no Brasil?

Se é verdade, como disse Hélio Jaguaribe, que até o fim dos anos 70 o Brasil tinha a base industrial mais ampla e mais bem integrada entre os países em desenvolvimento e a tecnoburocracia estatal mais moderna e eficiente no Terceiro Mundo, não deveria causar surpresa o fato de que a aliança entre os líderes empresariais criados pela industrialização e os interesses corporativos das prestigiosas empresas estatais seria mais forte do que em países em que a indústria nacional era fraca ou havia sido dizimada em recentes fases de ajustamento, ou onde o corporativismo foi destruído pelo Estado autoritário. O sucesso criou outra vez novas realidades, interesses e percepções incrustadas.

Se a visão que estruturou a Nação brasileira nos anos 80 está desgastada, também é verdade que uma nova visão ainda não está estabelecida. Se ela existe nas mentes de alguns, ainda não permeou todo o corpo social. Nos círculos acadêmicos e no governo, os que se associaram aos esforços e sonhos do passado não desistem facilmente dos padrões intelectuais que utilizaram para apreender a realidade brasileira, mesmo que não consigam propor maneiras de tornar o modelo novamente operacional. Isso me lembra outra vez a URSS com a relutância da linha dura em tratar da propriedade privada.

Outro aspecto em que o Brasil se assemelha à URSS é na centralidade do problema político. Embora outros países latino-americanos possam ter enfrentado problemas episódicos na esfera política, em nenhum deles é central o problema de como dividir, distribuir e exercer o poder. Nenhum outro país latino-americano debate seriamente a possibilidade de adotar um tipo de governo parlamentarista. No Brasil, como na URSS, a solução ao problema político é uma condição prévia para uma efetiva política macroeconômica.

Citamos Gramsci, dizendo: "A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno aparece uma grande variedade de sintomas mórbidos."

Se o novo ainda não nasceu, está certamente em gestação. As incertezas do presente não deveriam ensombrecer o muito que já foi alcançado num tempo curto. Medidas abrangentes de liberalização foram adotadas nas frentes interna e externa. Os subsídios foram reduzidos. As restrições quantitativas às importações foram eliminadas, enquanto a tarifa média de importação, que era de 32% em 1990, foi diminuída, hoje, para 25% e será reduzida a 14% em 1994. A regulamentação dos investimentos estrangeiros está sendo aperfeiçoada para atrair novos investidores. A privatização já começou. Esses são passos importantes que muitas pessoas, mesmo no Brasil, não teriam esperado alguns anos atrás.

Podemos acreditar, como Alain Touraine, que a capacidade de fazer diagnósticos é metade do caminho para uma solução. A sociedade brasileira parece concordar com as linhas básicas do diagnóstico. E está lutando para utilizar a terapia. Ela ainda não foi capaz de forjar a coalizão de forças sociais para apoiar as reformas que ora estão sendo empreendidas. Isso leva tempo. A crescente consciência do que está em jogo acelerará o entendimento político. A dureza ou crueza de alguns dos diagnósticos não deveria amendrontar-nos, na verdade.

■ **Rubens Ricúpero, embaixador do Brasil em Washington, é presidente do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial**